

a
ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
**AN
PE
GE**
ISSN 1679-768X



VOLUME
19
N. 39 (2023)

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº . 39 (2023) | e-issn: 1679-768x

TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL NO OESTE DE SANTA CATARINA

*Socioeconomic transformations
of the rural space in the
west of Santa Catarina*

*Socioeconomic transformations
of the rural space in the
west of Santa Catarina*



RENATA HÜBNER

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó

WILLIAN SIMÕES

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir transformações socioeconômicas do espaço rural do oeste catarinense, considerando alguns marcos emblemáticos que contribuem para uma melhor compreensão da atual estrutura agrária da região, caracterizada pela presença de pequenas propriedades rurais. A partir de aportes teórico-conceituais interdisciplinares, discutiremos a respeito da reconfiguração territorial que passou da noção de sertão catarinense a polo de desenvolvimento regional, devido ao destaque econômico das agroindústrias de aves e suínos. Entre os achados da pesquisa, também salientamos a existência de múltiplas territorialidades da agricultura familiar, o que engloba o processo de monopolização do território pelo capital que se dá principalmente por meio da subordinação dos agricultores às agroindústrias do agronegócio, assim como pela emergência de diferentes formas de resistência dos agricultores.

Palavras-chave: Territorialidades da agricultura familiar; avanço do capital no campo; desenvolvimento regional; espaço rural catarinense.

Abstract: The aim of this article is to discuss socioeconomic transformations in rural western Santa Catarina, considering some emblematic landmarks that contribute to a better understanding of the current agrarian structure in the region, characterized by the presence of small rural properties. Based on interdisciplinary theoretical-conceptual contributions, we will discuss the territorial reconfiguration that went from the notion of the hinterland of Santa Catarina to a regional development pole, due to the economic prominence of the poultry and swine agroindustries. Among the findings of the research, we also point out the existence of multiple territorialities of family farming, which encompasses the process of monopolization of the territory by capital that takes place, mainly, through the subordination of farmers to the agribusiness agroindustries, as well as the emergence of different forms of farmers' resistance.

Keywords: Territorialities of family farming; advance of capital in the countryside; regional development; rural space in Santa Catarina.

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir las transformaciones socioeconómicas en el oeste rural de Santa Catarina, considerando algunos hitos emblemáticos que contribuyen a una mejor comprensión de la estructura agraria actual en la región, caracterizada por la presencia de pequeñas propiedades rurales. A partir de aportes teórico-conceptuales interdisciplinarios, discutiremos la reconfiguración territorial que pasó de la noción de interior catarinense a un polo de desarrollo regional, debido al protagonismo económico de las agroindustrias avícolas y porcinas. Entre los hallazgos de la investigación, también señalamos la existencia de múltiples territorialidades de la agricultura familiar, que abarca el proceso de monopolización del territorio por parte del capital que se da, principalmente, a través de la subordinación de los agricultores a las agroindustrias del agronegocio, así como el surgimiento de diferentes formas de resistencia de los agricultores.

Palabras clave: Territorialidades de la agricultura familiar; avance de capitales en el campo; desarrollo regional; espacio rural en Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos analisar o processo histórico-geográfico da ocupação e colonização da Região Oeste de Santa Catarina, a partir de vários autores que já abordaram

essa temática (Campos, 1987; Werlang, 1992; Poli, 2006; Radin, 2009; Silvestro, 1995; Plein, 2003; Pertile, 2008). O objetivo é retomar alguns marcos emblemáticos que nos permitem compreender o processo de configuração territorial da região, em particular as transformações socioeconômicas que permitem compreender a atual estrutura agrária caracterizada pela presença de pequenas propriedades rurais.

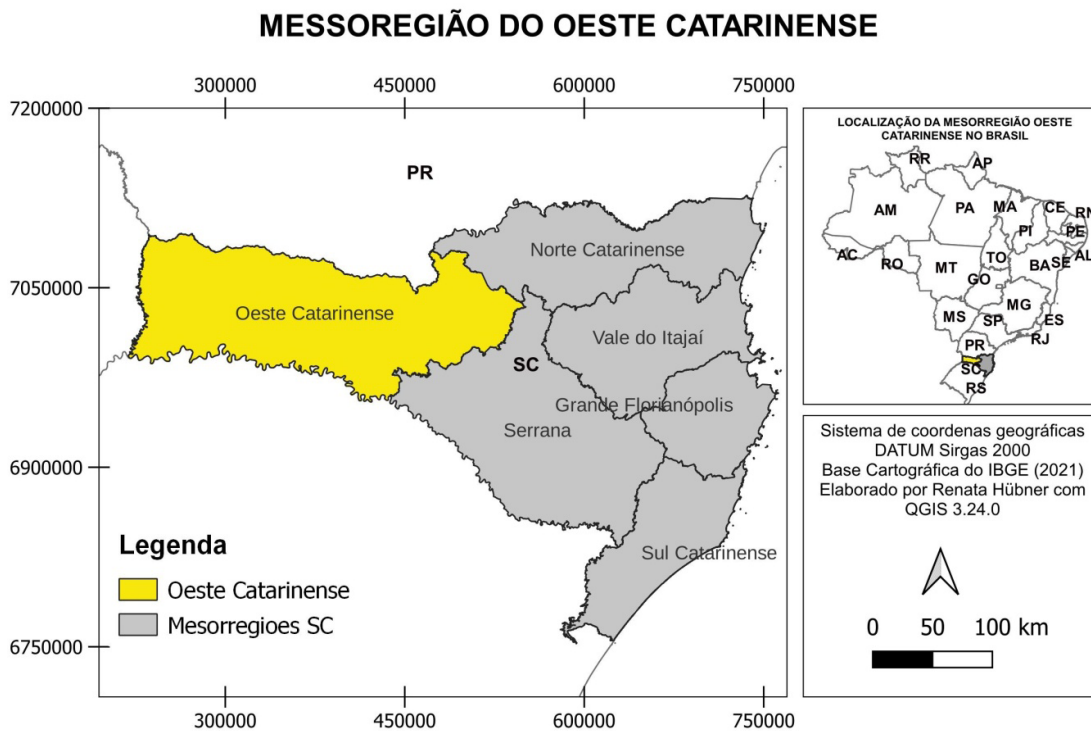
Não temos a pretensão de tecer um exaustivo resgate histórico da formação territorial da região oeste de Santa Catarina, mas cabe destacar alguns cenários que consideramos fundamentais para compreender a agricultura familiar e seus dilemas na atualidade. Cabe salientar, também, que, apesar de este trabalho partir da análise do processo de ocupação e colonização da região oeste catarinense, consideramos que a história desse território é anterior a tal processo, considerando que os primeiros habitantes dessa região foram grupos indígenas e caboclos (Konrad, 2012).

Este artigo é um recorte da dissertação intitulada *Contribuições da Casa Familiar Rural de Saudades-SC para a permanência da juventude no campo*, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. Esta investigação baseou-se em uma abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos utilizados envolveram o levantamento e a análise de material bibliográfico sobre o tema e a área pesquisada.

A mesorregião oeste destacada no Mapa 1, compreende 118 municípios catarinenses. Segundo dados do Censo Demográfico (2010), esta mesorregião reúne cerca de 34% da população rural total de Santa Catarina. Conforme Testa *et al.*, (1996), trata-se de uma região de intenso destaque econômico para a atividade agrícola e a transformação de seus produtos. Na região predominam as indústrias agroalimentares, com destaque para a produção de aves e suínos, cujo processo de criação é realizado por pequenas propriedades rurais baseadas no trabalho familiar e por meio de um modelo integrado de produção.

Neste artigo, inicialmente, discutimos como a região passou da noção de sertão catarinense a polo de desenvolvimento regional devido a seu destaque nas agroindústrias de aves e suínos. Em seguida, mostramos as múltiplas territorialidades da agricultura familiar, evidenciando o processo de monopolização do território pelo capital no oeste, que se dá principalmente por meio da subordinação dos agricultores às agroindústrias. Por fim, buscamos refletir sobre resistências dos agricultores, suas potencialidades, diversidades e contradições.

Mapa 1 – Localização da mesorregião oeste catarinense



Da noção de sertão catarinense aos primórdios da agroindustrialização

A partir dos estudos de Poli (2006), podemos considerar a ocupação do oeste catarinense em três fases distintas: a fase da ocupação indígena, a fase dos caboclos e a fase de colonização. Nesse sentido, o autor aponta que a primeira fase ocorre até os anos de 1850 e se caracteriza pela grande presença de povos indígenas, que se estabeleceram próximo às margens de rios, para facilitar a sobrevivência, sobretudo porque viabilizava a caça e a pesca. Já a segunda fase inicia por volta dos anos de 1850 e se estende até 1926, se caracterizando pela presença dos caboclos¹ que estavam vinculados, principalmente, à exploração da madeira. Por fim, a terceira fase começa após 1926, quando se inicia a colonização no Oeste que, segundo Poli (2006, p. 149), ocorre por meio da “penetração de elementos” de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, assim como pela consequente expulsão e desalojamento dos caboclos e indígenas desta região.

1 O caboclo é conceituado como luso-brasileiro que se dedicava à pequena agricultura ou era assalariado. Quase sempre pobres, raramente proprietários das terras que exploravam, estes caboclos desbravaram os sertões [...] (Poli, 2006, p 150 e 175) “Caboclo é um dos nomes dados ao povo que descendeu do cruzamento de luso-brasileiros pobres, de indígenas e de africanos vindos ao Sul como escravos. Ele também era chamado de brasileiro, nacional, moreno, pelo duro ou ‘pessoa de cor’. A ele foram associados, preconceituosamente, atributos como: pobre, preguiçoso, isolado geograficamente, morando precariamente, imprevidente, relapso, perigoso, intruso e posseiro” (Gerhardt, 2012, p. 243).

Observa-se em Radin e Corazza (2018) que a ocupação da região oeste pela população indígena e cabocla conduziu-se pela prática de posse coletiva, considerando que estes não estabeleceram a propriedade privada, pois não possuíam os títulos da terra. Para os caboclos, o trabalho e a produção estavam voltados ao autoconsumo, as práticas na agricultura eram baseadas essencialmente na produção de alimentos e criação de animais destinadas ao consumo familiar e o extrativismo da erva-mate.

A partir do avanço do processo de colonização e da institucionalização da propriedade privada da terra na região, essas populações que dificilmente conseguiam se estabelecer como proprietárias foram sendo expropriadas do acesso à terra. Com isso, conforme Poli (2006), os caboclos iniciam a “penetração para o interior” em busca de terras mais distantes, aquelas que ainda não estivessem sob controle do colonizador ou reclamação da terra pelos proprietários. Segundo o referido autor,

[...] normalmente, nas colonizações mais recentes, os colonizadores usavam a estratégia de dar ao caboclo ocupante, a oportunidade de adquirir a área de que era posseiro, sempre com a certeza de que o caboclo não teria dinheiro para pagar a terra. Pela forma de assédio, o caboclo obrigava-se a abandonar aquele ofício e entrar no mato adentro em busca de um lugar para construir sua tosca casinha e produzir alimentos para sua sobrevivência. [...] Assim, o contingente de caboclos foi diminuindo cada vez mais, em função da penetração implacável da colonização (Poli, 2006, p. 166 e 168).

A região oeste catarinense foi a última fronteira do Estado de Santa Catarina a entrar no modelo colonizador-civilizador. No início do século XX, por meio das descrições feitas pela imprensa e pelos governos da época, em particular por ocasião da viagem de 1929 do governador Adolfo Konder, se difundiu a imagem da existência de um imenso “sertão” catarinense a ser conquistado. A esta percepção estava atrelada a ideia de uma região caracterizada por um grande “vazio demográfico que necessitava de efetiva ocupação”, ocultando a população que originalmente já ocupava esse território (Radin, 2009, p. 48).

Para isso, conforme evidenciamos em Radin (2009) e Valentini e Radin (2011), o Estado atuou junto aos intelectuais da época e a opinião pública, e elegeram os imigrantes e descendentes europeus, vindos do Rio Grande do Sul, como a população “desejável” para a tarefa de ocupar e desenvolver a região. Considerando esta postura, a colonização do “sertão catarinense” invisibilizou e desprezou os grupos populacionais originários e suas territorialidades específicas já existentes, como os indígenas e caboclos, muitas vezes atrelados às representações do atraso e da incivilidade. Conforme Rodrigues e Neumann (2015, p. 5),

[...] o fato é que as autoridades catarinenses viam com bons olhos a introdução dessa mão de obra migrada, uma vez que vinha ao encontro de um projeto de integração progressista regional, onde a utilização dessa mão de obra, caracterizada por uma descendência europeia, responsável pela formação de trabalhadores ordeiros, vinha contrapor aos grupos étnicos anteriores, os indígenas e caboclos, considerados responsáveis pelo atraso social e econômico de uma região considerada como um “espaço vazio”.

Com isso, entre 1920 e 1960, deu-se o início ao fluxo de migrantes vindos das antigas colônias do Rio Grande do Sul, responsáveis pela colonização da região oeste, o que na visão das autoridades catarinenses possibilitaria “civilizar” este espaço rural e superar a situação de “sertão” em que a região se encontrava. Esse processo foi conduzido por diversas companhias colonizadoras, empresas privadas que foram incentivadas pelo poder público através da concessão de grandes áreas de terras, para que tais empresas fizessem avançar a reocupação do espaço subdividindo as terras em lotes menores, destinados à agricultura familiar (Radin, 2009).

Plein (2003) aponta que a colonização e a atuação das companhias de colonização na região oeste foram impulsionadas, principalmente, após a construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul e a solução efetiva da questão do contestado² em 1916. Esses fatores, aliados com a escassez de terras no Rio Grande do Sul, estimularam a imigração de gaúchos para a região.

A Companhia Territorial Sul Brasil (Cia. Sul Brasil), por exemplo, foi responsável pela colonização do município de Saudades-SC. Essa Companhia recebeu do governo catarinense quatro glebas de terras, uma área total de 2.772 milhões de metros quadrados que se localizavam entre os rios Chapecó, Antas e Uruguai³. Esta área de terra foi destinada à Cia. Sul Brasil como pagamento pela construção das estradas de rodagem Eral Velho/Rio Canoas e a Cruzeiro/Passo Bormann, com o compromisso de implantar pequenas propriedades rurais com a venda dos lotes rurais (Werlang, 1992).

Pode-se dizer que a política estatal com foco na ocupação do oeste catarinense estava voltada para a instituição de pequenas e médias propriedades rurais, inspiradas no modelo de “povoamento rural disperso”, em que, conforme afirma Waibel (1949), as propriedades não são dispostas irregularmente, são distribuídas ao longo de certas linhas. Conforme o autor,

[...] estas linhas são as picadas, abertas pelos pioneiros na mata original e que logo desde o princípio serviram como linhas de comunicação e estradas. [...] Algumas linhas coloniais têm 10 ou 20 quilômetros de extensão e centenas de lotes se distribuem ao longo delas. Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas (Waibel, 1949, p. 197).

Com isso, a fórmula adotada por colonizadoras, a exemplo da Cia. Sul Brasil, na distribuição e demarcação das terras do oeste catarinense, foi inspirada neste modelo de povoamento e seguiu as dimensões impostas pelo estado, sendo que nenhuma área de terra ultrapassou essas proporções. Tais lotes foram divididos em áreas de

2 A questão do Contestado significou a disputa pelos limites territoriais da região oeste catarinense.

3 A área colonizada pela Cia. Sul Brasil deu origem aos seguintes municípios: Palmitos, São Carlos, Maravilha, Iraceminha, Pinhalzinho, Cunha Porã, Caibi, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Riqueza e São Miguel da Boa Vista (Werlang, 1992, p. 13).

aproximadamente 25 a 30 hectares, variando conforme a topografia da área, sendo denominado pelos imigrantes de colônia⁴ (Silvestro, 1995; Ferrari, 2003).

Pertile (2008) aponta que a colonização da região oeste se caracterizou, principalmente, pela recepção do excedente populacional do Rio Grande do Sul, que, nesse período, sofria com a escassez de terras e vinha impossibilitando a reprodução da unidade familiar no estado. Isso ocorreu diante das intensas propagandas promovidas por parte das colonizadoras com o objetivo de atrair essa população para Santa Catarina. Além do preço acessível das terras, outro fator determinante para a migração de produtores gaúchos, em grande parte descendentes de alemães e italianos.

Dessa forma, o colono que chegou à região antes de iniciar a exploração agrícola, tinha como prática “limpar” os lotes, através da retirada das árvores que ofereciam madeira de boa qualidade, utilizadas na construção das casas e benfeitorias da unidade familiar e, outras vezes, utilizadas para a comercialização (Campos, 1987). Plein (2003, p. 73) destaca que

[...] a extração da madeira representou a primeira atividade econômica dos colonos recém-chegados às suas propriedades. Se por um lado a floresta representava obstáculo para a implantação das lavouras, por outro, garantia a madeira para as construções e mesmo algum dinheiro na venda. [...] Quando surgiram as primeiras serrarias na região Oeste Catarinense, era comum a venda de árvores, recebendo como pagamento madeira serrada, que se destinaria às construções das casas e instalações dos animais.

No entanto, além da dificuldade encontrada com a densa floresta, outras dificuldades marcaram a chegada desses colonos no oeste catarinense. Campos (1987) destaca o isolamento e a inexistência de um mercado consumidor local, além dos obstáculos com o transporte na região pela ausência e precariedade de estradas e canais de circulação e comercialização. Esta situação de isolamento comercial tornou a agricultura desenvolvida pelos colonos no oeste catarinense uma atividade quase que essencialmente de subsistência. Conforme este autor,

[...] a exportação se colocava como única possibilidade comercial, porém esbarrava na precariedade dos meios de transporte. Entretanto, havia alguns produtos locais que se prestavam ao transporte em condições precárias, principalmente por encerrarem um alto valor unitário, com a erva-mate, o fumo e a madeira. A extração da erva-mate para exportação já era praticada anteriormente, porém sofreu grande expansão com a chegada dos colonos. O desbravamento das matas tornou acessíveis novos ervais e não tardaram a surgir turmas de empreiteiros contratados por colonos migrantes, pois esta atividade também era comum no Rio Grande do Sul” (Campos, 1987, p. 108).

Esta riqueza vegetal da região, que se caracterizava pela presença da erva-mate e pela variedade das madeiras de lei⁵, foi explorada anteriormente pelas companhias que

4 Colônia (*colonie*) – Os imigrantes alemães e seus descendentes designavam a pequena propriedade agrícola de família (Seyferth, 1974, p. 54).

5 “Madeiras de lei aqui são as que apresentam boas características de durabilidade, resistência e densidade, e que são normalmente usadas na construção civil, obras externas e confecção de móveis e

extraíram as madeiras mais nobres antes de vender os lotes aos colonos. Tal característica da região foi muito utilizada pelas companhias como propaganda, destacando o tamanho das toras, a diversidade de árvores e, principalmente, a existência do pinheiro que abria a possibilidade de comercialização. A exploração da erva-mate e da madeira permitiu a integração da região oeste ao mercado exportador, o aproveitamento comercial resultou da exportação desses produtos, principalmente para a Argentina, para onde eram transportados por meio de balsas, pelo vale do rio Uruguai.

De acordo com Campos (1987), a atividade extrativista da madeira também marcou o início da industrialização da região, estabelecendo relações de trabalho capitalistas por meio da instalação das serrarias para o beneficiamento da madeira. O progresso do setor madeireiro ainda permitiu e capacitou a melhoria da infraestrutura comercial da região, determinou as melhorias no transporte, gestando certa acumulação de capitais que, mais tarde, foram aplicados a outras atividades econômicas.

A atividade madeireira que ocorreu mais intensamente, entre 1930 e 1947, se constituiu como importante alternativa econômica, sendo que foi uma das primeiras rendas para os colonos. No entanto, esta atividade esgotou grande parte das reservas florestais, entre elas se destaca a araucária – o pinheiro, que possuía um alto valor comercial, mas que atualmente é uma espécie em risco extremo de extinção (Pertile, 2008; Ferrari, 2003).

Até a chegada dos primeiros colonos na região, a organização do espaço rural foi determinada e conduzida pela extração vegetal (madeira e erva-mate) e pelo comércio de terras. O avanço da colonização marcou uma nova organização social e econômica que imprimiu diversas transformações na paisagem e inseriu uma nova forma de produzir e organizar o espaço.

Conforme Schneider *apud* Plein (2003, p. 36), as mudanças na estrutura social e econômica introduzidas na região pelos colonos podem ser caracterizadas pelo seu “modo de vida colonial, ao qual correspondem uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade”. Plein (2003, p. 35-36) destaca que

[...] esse modo de vida colonial compreende uma forma de organização, do trabalho e da produção, baseado no labor de um grupo doméstico familiar, ligado por laços de parentesco e consanguinidade, sobre uma pequena propriedade de terra. A produção realizada consistia na combinação de cultivos vegetais e criações (uma policultura). Essa forma de produzir foi instalada na região Oeste pelos descendentes de colonos do Rio Grande do Sul, que ali repetiam os mesmos procedimentos [...] A forma de produzir era a maneira que os colonos organizavam o trabalho num processo produtivo que tinha como objetivo assegurar a subsistência da família, ou seja, é a maneira como a família organiza seus meios de produção para garantir a sua reprodução. Nesta forma de produzir, destacam-se a propriedade da terra, a produção de subsistência e as trocas econômicas locais. A forma de sociabilidade era o

peças decorativas. Algumas dessas espécies são difíceis de serem encontradas nas florestas naturais, seja pela sua própria característica de ocorrência rara ou pelo extrativismo histórico excessivo (Esalq, 2007).[...] Sendo assim, o sinônimo de madeira de lei para o oeste catarinense quando de sua colonização era o de madeira de cedro, canjerana, grápia, louro-pardo, canafístula, canela, guajuvira, araucária (pinheiro-brasileiro ou pinho, denominações comuns), imbuia e angico” (Pertile, 2008, p. 75).

modo como se estruturavam as relações sociais, que a família do colono estabelecia, com os elementos exteriores, podendo dar-se através do parentesco, da solidariedade vicinal, da religião e das atividades lúdicas.

Pode-se dizer que o sistema produtivo empregado por esses colonos, marcado pelo envolvimento da forma de viabilizar o cultivo da terra e a sobrevivência da família no modo de vida colonial, se constituiu somente depois de derrubada da mata. Assim, após a derrubada da mata, o colono instaurava o sistema de produção agrícola praticado nas antigas colônias gaúchas que, segundo Waibel (1949), pode ser compreendido a partir de três fases distintas: o desmatamento, muitas vezes combinado ao uso do fogo na devastação; o cultivo, principalmente de milho, arroz, feijão e mandioca; e a rotação de terras.

Waibel (1949) afirma que os colonos europeus adaptaram dos povos indígenas o sistema de rotação de terras e as plantas cultivadas por eles (como milho, feijão, mandioca, batata doce). Segundo Espíndola (2002), essas atividades produtivas, de modo geral, estavam voltadas para a subsistência do grupo familiar e, eventualmente, geravam excedentes de produção que passaram a ser comercializados, ao lado da madeira e da erva-mate.

A partir da década de 1940, com alguns avanços no processo de desenvolvimento urbano-industrial do país, o comércio local e as indústrias voltadas ao setor de alimentos são estimuladas, pois cresce a demanda de produtos como banha de porco. Diante desse cenário, a criação de suínos é impulsionada no oeste catarinense e ocorre relacionada à ampliação das relações comerciais na região atrelada, também, às melhorias nas condições do transporte (Pertile, 2008; Plein, 2003). Com isso, pode-se dizer que os colonos da região passam para um segundo estágio de desenvolvimento agrícola, denominado por Waibel (1949) de “sistema de rotação de terras melhoradas”, em que existe um aumento na utilização de animais e técnicas agrícolas. Nesse contexto, desenvolvem-se os centros comerciais e os produtos passam a ser destinados ao mercado, o que gera, na visão deste autor, uma melhoria nas condições econômicas dos colonos.

Na medida em que aumentam as relações comerciais na região e ocorre à expansão da produção de suínos, se estabelece, segundo Espíndola (2002), a formação de uma economia mercantil simples em que a pequena produção é caracterizada pela existência da agricultura de autoconsumo de um lado; em que há produção dos alimentos para a subsistência da família e fabricação dos instrumentos de trabalho; e por outro lado, existe a especialização produtiva, em que as famílias se especializam em um tipo de produção destinado a comercialização que, na região, se vincula especialmente à produção de suínos e milho para o comércio da banha.

Para Espíndola (2002), essa especialização produtiva inicial foi estimulada por uma política protecionista em que o Estado defendeu a banha nacional em substituição da banha americana. Segundo Ferrari (2003, p.30), no decorrer dos anos de 1940 até 1950, a suinocultura, em substituição ao fumo, “consolida-se como principal atividade econômica dos agricultores”, isso ocorre como resultado da integração da região ao mercado nacional, especialmente com a região Sudeste do Brasil, que constituía o principal mercado consumidor.

Observa-se que o período entre 1945 e 1948 também foi o momento de maior fluxo migratório de gaúchos para a região, momento em que a Cia. Sul Brasil – citada anteriormente como sendo a companhia colonizadora de um pequeno município, como Saudades – mais vendeu e registrou novos lotes no Oeste. Segundo Werlang (1992):

[...] a principal causa desta expansão é o bom momento que atravessava a agropecuária. A época de ouro da suinocultura, como é denominada pelos colonos, impulsionou a chegada de imigrantes gaúchos. O suíno foi o primeiro produto que teve um valor comercial capaz de estimular a imigração em grande escala. A valorização e a expansão da criação de suínos que sedimentou a colonização trouxe um grande desenvolvimento à região (Werlang, 1992, p.103).

Com a integração da região ao mercado nacional, a produção de suínos e banha do oeste de Santa Catarina enfrentou dificuldades ao competir com os frigoríficos estabelecidos em São Paulo. Diante disso, os comerciantes conseguem observar alternativas e possibilidades comerciais no abate dos animais e, essa mudança no perfil do produto, motivou a instalação dos primeiros abatedouros na região por meio de associação e expansão de capitais comerciais locais (Pertile, 2008).

Conforme Hass apud Pertile (2008), ainda nos primeiros anos da década de 1940, surgem os primeiros frigoríficos na região. Em 1940, por exemplo, no município de Videira/SC se instalou um pequeno abatedouro de suínos: a Saul Brandalise que mais tarde foi denominada Perdigão S.A. Comércio e Indústria. Em 1942 se estabeleceu o frigorífico Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli em Herval D'Oeste. Em 1943, foi criada no município de Concordia a S. A. Indústria e Comércio Concórdia que, posteriormente, foi renomeada como SADIA.

O município de Chapecó inicialmente se destacou como polo comercial de suínos, estabelecendo trocas com os primeiros frigoríficos instalados. Entretanto, aos poucos, o referido município também apresentou condições de “acumulação para o capital agroindustrial” e, em 1952, se instalou a S.A. Indústria e Comércio Chapecó (Saic) e, em 1956, a Indústria e Comércio Marafon Ltda., que posteriormente se tornou a atual Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. (Pertile, 2008). Com isso, observamos que a produção de suínos da região, antes destinada à industrialização nos municípios do Vale do Rio do Peixe, passa a ser industrializada no município de Chapecó.

Segundo Campos (1987), o período compreendido entre 1945 e 1955 marca as origens do que mais tarde se constituirá no grande capital agroindustrial da carne na região, por meio da instalação dos grandes frigoríficos. Mas podemos compreender que a principal transformação desse período foi a mercantilização da pequena produção, ao transformar o suíno em uma mercadoria por excelência. Conforme o referido autor, “o pequeno produtor familiar se mercantiliza efetivamente. Não mais se trata de uma comercialização eventual de excedentes, mas sim de uma produção sistemática de mercadorias (Campos, 1987, p. 150).

Conforme aponta Mello apud Konrad (2012, p. 21), “o nível tecnológico da atividade suinícola praticado na região até meados da década de 1960 não criava para os agricultores grandes barreiras para a entrada ou saída da atividade”. Ainda nesse sentido,

Campos (1987) já havia destacado que, até aquele momento, a produção atendeu principalmente os interesses da pequena produção, não exigindo maiores investimentos, pois para o agricultor desenvolver a atividade suinícola era necessário apenas possuir área de terra própria suficiente para a criação e plantio do milho, o principal componente da alimentação dos suínos na época. No entanto, esse cenário muda a partir de 1960, momento em que ocorrem grandes transformações no espaço rural da região relacionadas à modernização agrícola, aspectos que serão discutidos na secção seguinte.

A modernização da agricultura no Brasil e transformações socioeconômicas da agricultura familiar no oeste catarinense (1960-1980)

Os meados da década de 1960 foram marcados por profundas transformações no espaço rural brasileiro, contexto em que se alteram intensamente as relações do grande capital com a pequena produção. No centro dessas mudanças está o processo de modernização da agricultura que se caracteriza pela subordinação dos pequenos produtores às exigências das indústrias e do capital financeiro. Esse processo foi responsável pelas mudanças de base técnica no campo, através da introdução de máquinas, equipamentos e insumos na agricultura, com foco na promoção do crescimento da produtividade e do rendimento (Hespanhol, 2000; Wanderley, 2014).

Pode-se compreender que a modernização conservadora da agricultura representou, em linhas gerais, a articulação entre agricultura e indústria, possível com importante apoio do Estado viabilizado, principalmente por meio do crédito rural e do incentivo à integração de uma parcela dos produtores a essa nova dinâmica agrária, por meio do sistema de integração (Hespanhol, 2000). Para Konrad (2012), esta reestruturação da agricultura brasileira ocorre diante do projeto de desenvolvimento urbano-industrial do país, em que o Estado criou políticas públicas para o desenvolvimento agrícola, a fim de integrar as atividades entre o campo e a cidade através da formação do chamado Complexo Agroindustrial (CAI).

Segundo Müller (1989, p.45),

[...] o complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido, em termos formais, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/ transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica no sentido de modernização e reestruturação do campo se relacionou com a formação do chamado Complexo Agroindustrial.

Conforme Marafon (1998, p. 8), o processo produtivo dos CAIs envolveu a articulação de três segmentos: “indústria a montante, agricultura e indústria a jusante”. Nessa perspectiva, a agricultura passava a integrar o circuito industrial, inicialmente como

consumidora das indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura e, posteriormente, como produtora de matéria-prima agrícola para o processamento da indústria.

Na região oeste de Santa Catarina, a integração dos agricultores ao Complexo agroindustrial se deu, principalmente, como estratégia de reprodução social, diante do esgotamento da fronteira agrícola na década de 1960. Na referida região, a articulação entre a produção familiar e as agroindústrias também foi alicerçada pelo Estado por meio de políticas públicas, resultando em alterações significativas no processo de desenvolvimento econômico regional, assim como na formação do maior complexo agroindustrial de suínos e aves do país (Campos, 1987; Ferrari, 2003). Ferrari (2003, p. 33) chama a atenção para um fato relevante e que contribui para a compreensão das transformações socioeconômicas do espaço rural do oeste catarinense:

[...] A expansão e a hegemonia do capital agroindustrial na região e no Estado de Santa Catarina não foram construídas pela “mão invisível” do mercado, mas sim foram socialmente construídas, fruto do potencial produtivo da agricultura familiar ali estabelecida e dos interesses do Estado capitalista. O desenvolvimento agroindustrial catarinense esteve articulado ao movimento geral da política nacional, num contexto de políticas de apoio a formação, consolidação e expansão dos diferentes complexos agroindustriais, buscando competitividade internacional (Ferrari, 2003, p. 33).

O modelo agroindustrial da região serviu de base para o desenvolvimento econômico do oeste catarinense, mas ao mesmo tempo criou um ambiente de seleção e exclusão de agricultores (Ferrari, 2003). Segundo Hespanhol (2000), apenas uma parcela de produtores foi integrada a este sistema, que representa a articulação da pequena produção ao capital agroindustrial. Isso ocorre devido às exigências para incorporações tecnológicas, o que exclui um grande número dos pequenos produtores, pois não apresentam as condições para se integrarem.

A partir de 1980, a agroindústria intensificou a integração formal dos produtores familiares de suínos e aves na região oeste catarinense. Isso aprofundou o processo de diferenciação e exclusão de pequenos produtores. No entanto, não eliminou “as formas tradicionais da organização familiar diversificada” e, ao mesmo tempo, provocou um rearranjo nas estratégias de reprodução social da agricultura familiar da região (Ferrari, 2003, p. 37).

Conforme Frederico (2013), a partir da década de 1990, inicia-se um novo momento na agricultura brasileira, por meio do esgotamento do modelo de modernização conservadora via complexo agroindustrial e a emergência do que podemos denominar de “agricultura científica globalizada” (Santos, 2015). Esse período se caracteriza pelo aperfeiçoamento e uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) no campo e pela maior regulação das grandes empresas transnacionais do comércio agrícola (*tradings*), à medida que diminui a atuação do Estado como financiador e regulador da agricultura.

Frederico (2009) aponta os eventos que caracterizam essa situação geográfica emergente, marcada por alterações na dinâmica agrícola e que são transformadoras das relações técnicas, econômicas e políticas até então existentes. Conforme o autor,

[...] dentre os principais eventos deste período, destacam-se: a difusão de novos sistemas técnicos agrícolas com grande conteúdo em informação (sementes transgênicas, tratores guiados por satélites, zoneamento agroclimático, agricultura de precisão); a adoção de políticas neoliberais pelo Estado brasileiro; o novo papel das empresas mundiais de grãos, responsáveis pelo financiamento, armazenamento e transporte da produção; novas alianças entre o Estado e as *tradings*, visando a construção de infraestruturas de transporte para viabilizar o escoamento das safras; parcerias, fusões e aquisições entre empresas concorrentes ou complementares, fazendo surgir verdadeiros oligopólios, flexibilização e inovação constante dos produtos e dos mercados, mundialização da economia e formação dos blocos regionais (Frederico, 2009, p. 23).

Para Santos (2015), essas mudanças são consequências espaciais do processo de globalização que marcam “[...] a constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico – científico – informacional (Santos, 2015, p. 88), pois a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base técnica da vida social atual. E, diante disso, conforme Hentz (2014, p. 3), pode-se compreender que um novo modelo de agricultura se apresenta, em que se modificam as formas de produzir, que são cada vez mais exigentes em “produtividade e, principalmente, regulamentadas por padrões globalizados de produção e consumo”.

Com a introdução da ciência, da tecnologia e da informação, ponderamos que a agricultura passa por uma reestruturação produtiva da agropecuária, profundamente marcada e regulamentada pela economia de mercado, buscando, sobretudo, atender as crescentes demandas urbanas e industriais de novos produtos e serviços especializados. A difusão desse novo modelo de agricultura ampliou a dependência e subordinação do agricultor diante da indústria, pois se torna cada vez mais dependente dos insumos gerados pela indústria e submetido a determinações exógenas (Elias, 2005; 2006).

Como resultado desses processos, Elias (2006, *online*) destaca que “formam-se diferentes *arranjos territoriais produtivos*, a culminar num espaço agrícola extremamente fragmentado”, em que se reforçam as diferenças no espaço rural brasileiro, através das distintas densidades técnicas e normativas. E, para evidenciar os aspectos dessa fragmentação, a autora destaca

[...] a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrícola. Sobressaem-se três grandes grupos: um inerente à agricultura camponesa, não integrada ao agronegócio, que vive da agricultura de subsistência ou da produção simples da mercadoria. Este apesar da difusão do capitalismo no campo continua a se reproduzir em todo o Brasil, como já provaram alguns importantes estudos, entre os quais de Oliveira (1987). Um segundo grupo, composto pela pequena produção integrada ao agronegócio, cuja produção é comumente classificada de produção integrada [...]. E um terceiro grande grupo composto por empresários agrícolas, integrados ou não a agroindústria (2006, p. 35).

Dessa forma, segundo Elias (2006, p. 17), a reestruturação da produção e do espaço agrícola resultou em novas territorialidades e sociabilidades no campo, permitiu a criação de novas horizontalidades e verticalidades, ampliou a articulação da escala local com a planetária e expandiu o processo de territorialização do capital no campo. Na seção

seguinte, buscamos privilegiar na análise acerca das transformações socioeconômicas do espaço rural do oeste catarinense essas novas territorialidades da agricultura familiar.

Múltiplas territorialidades da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina: monopolização do território pelo capital e resistências

Nesta seção do presente artigo, buscamos ressaltar os diferentes usos do território a partir de um recorte espacial, neste caso a mesorregião oeste catarinense, em que se admite a existência de diferentes territorialidades da agricultura familiar; a de monopólio, representada pelo território do capital e do agronegócio; e a de resistências, representadas pelo território do campesinato, em que destacamos a educação voltada para a população do campo como elemento de fortalecimento do território camponês.

Segundo Saquet (2009), “[...] a territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas [...]” que produzem historicamente cada território e são influenciadas pelas técnicas e se manifestam nas ações e relações sociais de indivíduos e grupos sociais no espaço. Nesse sentido:

(...) compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (Saquet; Briskievicz, 2009, p. 8).

Dessa maneira, consideramos que

os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadores da territorialização e do território (Saquet, 2013, p. 127).

Com isso, entendemos o território como condição e resultado das relações sociais, o que geralmente envolve conflitos devido às diferentes formas de usos e apropriação do território: “[...] Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 42).

Podemos compreender que, conforme Zanoni (2015, p. 50), essas territorialidades no campo possuem intencionalidades distintas, que podem ser diferenciadas por meio da forma pela qual os sujeitos se apropriam e dominam o espaço. As territorialidades de resistências estão baseadas na apropriação do espaço, ligadas à “dimensão do lugar vivido, da afetividade e do pertencimento”; enquanto que as territorialidades de monopólio do capital e do agronegócio buscam a dominação do espaço e estão baseadas na “acumulação de riquezas, em função de um uso estritamente funcional, econômico e utilitarista” do espaço.

O processo de dominação do espaço é característico do modo de produção capitalista e, segundo Ferreira (2009, p. 276-277),

[...] tem como função manter-se a si mesma. No espaço dominado pelo capital, a natureza é transformada pela técnica com o objetivo de garantir a acumulação crescente e desigual de riquezas numa sociedade hierarquizada em classes e grupos sociais. Aqui, embora nem sempre o sujeito da dominação esteja presente concretamente, a dominação que tem de determinado espaço trabalha para a exclusão do que lhe é diferente: expropriação (Ferreira, 2009, p. 276 – 277).

Oliveira (2004, p. 40) destaca que “[...] a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado [...]”, da mesma forma que se constitui o desenvolvimento do capitalismo. Isso porque, segundo o autor, à medida que o capitalismo avançou no campo brasileiro, se desenvolveu de forma contraditória e desigual, pois ao mesmo tempo que o capital avança sobre o espaço rural e desenvolve relações capitalistas, ele também produz e reproduz relações não capitalistas de produção que marcam a presença do campesinato na agricultura. Nesse sentido, entendemos o desenvolvimento do agronegócio e a reprodução do campesinato como características internas e estruturais ao capitalismo, e não externas a ele. Corroboramos com a compreensão de que:

[...] o caminho para entendermos essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (Oliveira, 2007, p. 40).

Oliveira (2012, p. 76) destaca que, diante da expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo, a presença da agricultura de base familiar camponesa se manifesta a partir da monopolização do território pelo capital, considerando que o “capital monopolista desenvolve liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital”. No entanto, ainda segundo o mesmo autor, existem dois processos territoriais distintos de apropriação e extração da renda da terra pelo capital, a *territorialização dos monopólios* e a *monopolização dos territórios*:

[...] a territorialização dos monopólios (*territorialization of monopolies*) e a monopolização do território (*monopolization of territory*). O primeiro atua, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O segundo é desenvolvido pelas empresas de comercialização e de processamento industrial, que, sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores no campo (Oliveira, 2014, p. 2086).

Dessa forma, na territorialização dos monopólios na agricultura, o proprietário capitalista da terra atua na atividade agrícola, sendo responsável pela renda da terra gerada pela produção agropecuária e, simultaneamente, pelo processamento industrial dessa produção. Em tal caso, ocorre a apropriação da terra pelo capital, dificultando a manutenção do camponês em seus territórios de vida (Oliveira, 2004; 2014), pois

[...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (Oliveira, 2004, p. 106).

Nessa perspectiva, Oliveira (2014, p. 2091) sinaliza, ainda, para a monopolização do território, que “é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária que, sem produzir no campo, controlam por meio de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo”. Neste caso, ocorre uma apropriação da renda da terra pelo capital, o que dá condições, mesmo que de maneira precária, à reprodução do campesinato. A partir desta lógica, os agentes do capital industrial criam condições para os camponeses produzirem para as indústrias. É o caso dos agricultores integrados da região oeste de Santa Catarina, cuja maioria se tornou fornecedora de matéria-prima às agroindústrias de carnes, subordinando-se à lógica capitalista.

Assim, a integração do agricultor ao complexo agroindustrial no oeste catarinense, apesar dos reflexos negativos para as famílias, especialmente a subordinação da produção e perda do controle sobre o processo produtivo, também representou, conforme Hespanhol (2000, p. 47), uma importante estratégia de reprodução do agricultor familiar na economia capitalista, ao dar “possibilidade de manutenção da propriedade da terra e garantia de um mercado e de preços mínimos para seus produtos”.

Com a crescente integração entre agricultores e agroindústria, pode-se dizer que se intensificou, a partir de 1980, o processo de diferenciação e exclusão dos agricultores que não se integraram a tal modelo hegemônico. Nesse contexto, de um lado, observamos que muitos agricultores sem condições de continuar se reproduzindo no campo foram forçados a migrar. De outro, esse processo de diferenciação provocou um (re)arranjo nas estratégias de reprodução social da agricultura familiar da região (Plein, 2003).

Dessa forma, o primeiro reflexo do processo de industrialização e modernização conservadora da agricultura ocorre por meio da intensificação da migração campo-cidade. Na região oeste catarinense, observam-se, além da redução no número de famílias que vivem no campo, o envelhecimento e a masculinização da população rural (Camarano e Abramovay, 1999; Silvestro *et al.*, 2001).

Segundo dados do Censo demográfico (IBGE, 1991, 2000, 2010), a mesorregião oeste catarinense perdeu parcela significativa da população rural neste período. Em 1991, a população total que residia no campo correspondia a 518.124 pessoas e, em 2010, esse número passou a ser de 340.149 pessoas. Isso demonstra que nesse período de 20 anos aproximadamente 177.975 pessoas deixaram o espaço rural da região. Durante este período, os 118 municípios da mesorregião perderam parcela significativa

de sua população rural residente, enquanto a população urbana desta região cresceu 61,46%, nesse período.

Os dados dos Censos Demográficos do IBGE demonstram ainda que na mesorregião oeste catarinense, no período entre 1991 e 2010, houve uma redução de 48,08% da população jovem entre 15 e 29 anos de idade residente no meio rural, enquanto que nesse mesmo período o número de jovens residentes no meio urbano cresceu 50,05% (Tabela 1). Essa redução no número da população jovem residente no meio rural evidencia a problemática do envelhecimento da população na microrregião e aponta para a dinâmica de migração campo-cidade dos jovens.

Tabela 1 – População residente por situação de domicílio e grupos de idade

Mesorregião geográfica	Grupo de idade	Ano x Situação do domicílio			
		1991		2010	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural
Oeste catarinense (SC)	15 a 29 anos	157.848	147.560	236.857	76.600

Fonte: IBGE – Censo demográfico (1991, 2010).

Outro reflexo do processo de industrialização e modernização da agricultura que podemos observar na região, que parte do objetivo de assegurar a sobrevivência e manter-se no espaço rural, foi a adoção de diferentes estratégias de reprodução, o que englobou a integração à agroindústria, com destaque para a cadeia da carne de aves e suínos. Mas também foram emergindo novas espacialidades de produção, como a agroecologia, a emergência de atividades não agrícolas e de um conjunto de atividades de agregação de valor pautadas na agroindustrialização dos produtos gerados na unidade familiar. Além disso, as políticas públicas que surgem a partir de 1990, inicialmente através do Pronaf, auxiliaram na manutenção das atividades agrícolas através de crédito destinado à agricultura familiar (Mior, 2003; Plein, 2003), ainda que tenham sofrido fortes refluxos nos últimos anos e precisem ser retomadas neste próximo período.

Segundo Mior (2010, p. 246), o desenvolvimento dessas novas formas/estratégias de inserção socioeconômica dos agricultores na região teve importantes desdobramentos no território, pois englobam “mudanças no âmbito interno da organização da unidade familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional e no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, entre outros aspectos”.

A agroindústria familiar rural surge como nova forma de organização da produção familiar que busca o processamento ou transformação da produção agrícola e/ou pecuária, objetivando produzir valor de troca na comercialização dos produtos em circuitos mais curtos de economia. Entre os aspectos que caracterizam a agroindústria familiar rural, Mior (2010) destaca que esta se localiza no campo e emprega predominantemente mão de obra familiar, utiliza máquinas em escalas menores e produz matéria-prima em grande parte na própria unidade familiar.

Ainda, segundo Mior (2010), a emergência, nos anos de 1990, dessas novas estratégias e iniciativas de agregação de valor à produção da agricultura familiar foi protagonizada por um diversificado conjunto de atores locais e regionais que fortaleceram a trajetória organizativa dos pequenos agricultores da região. Entre esses novos agentes, podemos destacar: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), fundada em 1989 através da organização e cooperação dos pequenos agricultores da região; a constituição da Federação da Agricultura Familiar de Santa Catarina, que atua no território da região oeste e que, em 2001, foi transformada em Federação da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-SUL); além da formação de Cooperativas de Reforma Agrária na região. Através do trabalho de apoio desSas associações surgiram marcas e selos coletivos para as agroindústrias familiares, como a Sabor Colonial (Apaco), Terra Viva (MST) e Castália (Amosc).

Schneider (2009) aponta, ainda, as potencialidades da pluriatividade na ampliação das condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar, à medida que promove a diversificação interna e externa das atividades e ocupações dos agricultores. Para este autor:

[...] A pluriatividade é uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não agrícolas ou para-agrícolas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (Schneider, 2009, p. 14).

Entendemos que a pluriatividade não estabelece o abandono da agricultura e do meio rural pelos agricultores. Segundo Stropasolas (2002), a adoção da pluriatividade nos espaços rurais, através da combinação entre as atividades agrícolas e não agrícolas, frequentemente expressa uma estratégia familiar “[...] para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar”. Esta estratégia se manifesta nos contextos que buscam resistir ao êxodo rural e/ou à dinâmica de migração campo-cidade.

Dessa forma, acreditamos que tais estratégias de diversificação dos agricultores são formas de fortalecer os meios de vida que, segundo Schneider (2010, p. 89), implicam em “[...] criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência em face das crises, dos choques ou das vulnerabilidades, que conformam o ambiente hostil em que vivem os agricultores”. A diversificação dos meios de vida emerge como estratégia para melhorar as condições de vida no campo e criar elementos que possibilitem a permanência e sucessão no seio da agricultura familiar.

CONFIGURAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou discutir transformações socioeconômicas do espaço rural do oeste catarinense, ao retomar aspectos histórico-geográficos emblemáticos que contribuíram para a configuração territorial da região que passou da noção de sertão catarinense a polo de desenvolvimento regional, devido ao destaque das agroindústrias de aves e suínos. Buscamos destacar múltiplas territorialidades da agricultura familiar, o que engloba o processo de monopolização do território pelo capital que se dá, principalmente, por meio da subordinação dos agricultores às agroindústrias. Buscamos ressaltar diferentes formas de resistência dos agricultores, a exemplo da criação de agroindústrias e cooperativas familiares.

Pode-se afirmar que a região oeste de Santa Catarina, desde sua colonização, está fortemente marcada pela presença de pequenas propriedades rurais, mas que assume características e particularidades distintas quanto à estrutura produtiva. Algumas unidades familiares adotam a racionalidade capitalista, em um movimento de reafirmação do trabalho como emprego, subordinando-se à lógica do capital, pela incorporação ao processo produtivo do sistema de integração subordinada à grande agroindústria. Observamos que esta subordinação está presente na cadeia da carne.

Ao mesmo tempo, outras propriedades reafirmam o modo camponês e familiar de reprodução social. Remetem seu trabalho com vistas a buscar sua autonomia por meio de projetos alternativos. Tal cenário é reflexo do desenvolvimento do modo capitalista de produção sobre este território, em que as relações capitalistas avançam sobre o campo, ao mesmo tempo que se desenvolvem simultânea e contraditoriamente as relações camponesas de produção, do trabalho familiar no campo.

REFERÊNCIAS

- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Tds/td_0621.pdf. Acesso em: 8 abr. 2019.
- CAMPOS, I. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, 1987.
- ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista Nera*, ano 8, n. 8, jan./jun. 2006.
- ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, n. 218 (03), p. 59-81, 1º ago. 2006.
- ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo*, 1 2005, p. 4475-4487.
- ESPÍNDOLA, C. J. *As agroindústrias de carne do sul do Brasil*. 2002. 261 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. *“Donos do lugar”*: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, Niterói, 2009. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp128766.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

FERRARI, Dilvan Luiz. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2003.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Confins [Online]*, n. 17, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8153>. Acesso em: 3 nov. 2020.

FREDERICO, S. *O novo tempo do Cerrado: expansão do front agrícola e o controle do sistema de armazenamento de grãos*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20032009-163452/publico/SAMUEL_FREderico.pdf. Acesso em: 3 nov. 2020.

GERHARDT, M. Os caboclos e a história da paisagem. In: *História do campesinato na Fronteira Sul*. / Organizador: Paulo A. Zarth. – Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2002.

HENTZ, C. O agronegócio no oeste catarinense e seus desdobramentos no consumo produtivo na cidade de Chapecó-SC. In: *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)*, 10 a 16 de agosto de 2014, Vitória, 2014.

HESPANHOL, R. A. M. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente-SP*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro, 2000.

KONRAD, J. *A dinâmica territorial da bovinocultura de leite: as estratégias dos produtores familiares de Arabutã-SC*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2012.

MARAFON, G. J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*, UERJ, RJ, n. 3, p. 7-21, jun. 1998.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: VIEIRA, P. F.; CAZZELA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (org.). *Desenvolvimento Territorial Sustentável: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis, SC: Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento (Aped), 2010. p. 235-257. Disponível em https://nmdsc.paginas.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agriculturafamiliar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense*. 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec: Educ, 1989.

OLIVEIRA, A. U. *A mundialização da agricultura brasileira*. VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). *Novos caminhos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 70-107

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. M. I. (org.). *O campo no século XXI*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p.

PERTILE, N. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense*. 2008. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2008.

- PLEIN, C. *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã do Oeste, Santa Catarina*. 2003. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2003.
- POLI, J. *Caboclo: pioneirismo e marginalização*. Cadernos do CEOM. Chapecó: Argos, 2006, n. 23, 352 p.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*, ano VIII, n. 16. Niterói-RJ: UFF/EGG, p. 41-56, 2006.
- RADIN, J. C. *Representações da colonização*. Chapecó: Argos, 2009. 322 p.
- RADIN, J.C., and CORAZZA, G. *Dicionário histórico-social do Oeste catarinense*. Chapecó: Editora UFFS, 2018.
- RODRIGUES, M. L.; NEUMANN, R. M. Colônias e colonizadoras na região oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SAQUET, M. A. ; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 31, v.1, 2009. p. 3-16.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SAQUET, M.A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação-agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-Unicamp*, v. 4, n. 1, 2010.
- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Ed. Movimento/SAB, 1974.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos(as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. 2002. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- SILVESTRO, M. L. *Estratégias de reprodução da agricultura familiar: o caso do oeste catarinense*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, 1995.
- SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A. de.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Brasília: Nead/Florianópolis: Epagri, 2001. 122 p.
- TESTA, V. M.; NADAL, R. de.; MIOR, L. C.; BALDISSERA I. T.; CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense*. EPAGRI, Florianópolis, 1996. 247 p.
- VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região do Contestado nas primeiras décadas do século XX. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011.
- WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 2, abr./jun. 1949.
- WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.
- WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl.1, Brasília, 2014.

WERLANG, Alceu Antônio. *A colonização as margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil, 1925 a 1954*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 1992.

ZANONI, Angelo de Sousa. *Monopolização e R-existências: a Educação do Campo na territorialidade camponesa no noroeste do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

RENATA HÜBNER – Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó. Assistente de Educação no Município de Saudades-SC.

E-mail: renatahubnner@gmail.com

WILLIAN SIMÕES – Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Chapecó.

E-mail: willian.simoes@uffs.edu.br